

Souza, José Antônio de C. R. de — Bayona Aznar, Bernardo (eds.), *Igreja e estado: teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334)*, (Filosofia, 41) Axioma – Publicações da Faculdade de Teologia, Braga 2016; XXX + 427 pp.; ISBN 978-972-697-252-5.

A crise das investiduras a partir do século XI marca uma nova era nas relações de poder entre a Igreja e o Estado. A exigência por parte da Igreja do direito de investir os membros do clero, então na mão dos monarcas e dos nobres, evolui para uma reivindicação mais ampla do poder. A controvérsia intensifica-se e ambos os lados procuram legitimar a supremacia, envolvendo-se na questão diversos papas e monarcas, a que se associam alguns dos mais destacados teólogos, produzindo obras, esgrimindo argumentos, fazendo alianças e rupturas e usando estratégias políticas, diplomáticas e militares. É no contexto de justificação do poder da Igreja que se assiste a uma releitura da tradicional divisão entre os poderes espiritual e temporal, simbolizados na famosa metáfora dos dois gládios, procurando assegurar a prioridade do primeiro sobre o segundo, para o que é essencial também a interpretação do papa como herdeiro de São Pedro, detentor das chaves do poder delegadas por Cristo. Ao longo da polémica os papas chegam a recorrer à excomunicação e à deposição dos monarcas e estes ao não reconhecimento e perseguição dos papas.

Na transição do século XIII para o XIV, os pontificados de Bonifácio VIII e João XXII são casos paradigmáticos da questão, nomeadamente pelas querelas que mantiveram com o rei Filipe IV de França e o imperador Luís IV da Baviera respetivamente. Estas controvérsias contribuíram para uma redefinição concetual, com profundo alcance teológico e filosófico, que influenciou algumas das categorias políticas essenciais, entre outros fatores, para a fundamentação e formação do estado moderno secularizado.

O volume organizado por José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza (professor aposentado da Universidade Federal de Goiás e membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto) e Bernardo Bayona Aznar (Professor da Universidade de Zaragoza) reúne um conjunto de estudos centrados precisamente neste período de transição e na figura dos dois mencionados papas, dando continuidade a trabalhos anteriores, nomeadamente as obras *O reino de Deus e o reino dos homens. As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média: da reforma Gregoriana a João Quidort* (ed. José Antônio de C. R. de Souza – João Morais Barbosa, EDIPUCRS, Porto Alegre 1997), *As relações de poder: do cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa* (ed. José Antônio de C. R. de

Souza, Est Ed., Porto Alegre 2011), *Doctrinas y relaciones de poder en el Cisma de Occidente y en la época conciliar (1378-1449)* (ed. José Antônio de C. R. de Souza – Bernardo Bayona Aznar, Prensas de la Universidad de Zaragoza, Zaragoza 2013), nas quais se examinam os aspetos fundamentais da questão no período que vai da reforma gregoriana ao século XV. Este novo volume complementa o panorama histórico-filosófico das questões políticas neste período e é, portanto, a continuação de um projeto amplo e ambicioso, que se desenvolve nas obras mencionados e em numerosos outros trabalhos que os mesmos autores têm publicado em anos recentes. A obra foi publicada pela Aletheia, de Braga, em parceria com o Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, através da editora Axioma – Publicações da Faculdade de Filosofia, e teve edição simultânea em Espanha (José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza – Bernardo Bayona Aznar (eds.), *Iglesia y Estado: teorías políticas y relaciones de poder en tiempo de Bonifacio VIII y Juan XXII*, Prensas de la Universidad de Zaragoza, Zaragoza 2016).

O volume é composto pelos contributos de vários especialistas e conta com um prólogo de Gregorio Piaia, uma introdução geral dos organizadores e uma breve nota biográfica sobre cada um dos intervenientes. Cada estudo é acompanhado por uma bibliografia final.

A primeira parte, centrada na figura de Bonifácio VIII, conta com uma pormenorizada introdução de Luís Alberto De Boni, que contextualiza as discussões entre *sacerdotium* e *imperium* pela *plenitudo potestatis*, entre o papa e Jaime II de Aragão, Carlos II de Anjou e Eduardo I de Inglaterra, de um modo geral, e Filipe IV de França, em particular, descrevendo bem o desenvolvimento dos acontecimentos históricos, a complexidade dos argumentos e as respetivas consequências.

Enquadrados neste contexto teórico seguem-se os contributos de Johnny Taliateli do Couto, de José Maria Silva Rosa e de José Antônio de C. R. de Souza. Todos contêm a tradução portuguesa dos textos de que se ocupam, a qual é acompanhada em cada caso por uma contextualização e um estudo das fontes e dos conteúdos. O primeiro dedica-se ao breve opúsculo anónimo que dá nome ao título do estudo, um documento escrito na corte de Filipe IV de França como réplica à bula de Bonifácio VIII contra a cobrança de impostos ao clero. O documento é um interessante testemunho dos argumentos em defesa do poder do monarca. Na mesma orientação temos o excelente estudo sobre o texto, também anónimo, *Rex pacificus*, onde se refutam argumentos hierocratas, se faz o elogio da realeza e se rejeita o direito do papa à jurisdição do poder temporal, e o estudo sobre o também anónimo *A Quaestio in utramque partem*, no qual uma vez mais se delimita o poder papal e se distingue do temporal. Testemunhando a posição contrária, temos

o estudo sobre o capítulo IX da segunda parte do *Sobre o governo cristão* de Tiago de Viterbo, um dos mais famosos hierocratas, cujo texto é aqui entendido como paradigmático na defesa do conceito de *plenitudo potestatis papalis*. Cada um destes estudos contribui exemplarmente para mostrar os argumentos utilizados pelos dois lados da contenda. A primeira parte termina com o artigo de Esteban Sarasa Sánchez, traduzido do castelhano para o português por José António de C. R. de Souza, onde se faz um detalhado retrato da figura de Jaime II de Aragão e se estudam as suas relações com Filipe IV de França.

A segunda parte centra-se no pontificado de João XXII, começando com uma aprofundada introdução da vida, eleição e controvérsias deste papa por Armênia Maria de Souza, particularmente no âmbito da querela com os franciscanos, destacando-se a figura de Miguel de Cesena. Complementarmente, José António de C. R. de Souza introduz as controvérsias de João XXII com Luís IV da Baviera, analisando a trajetória do imperador, a relação com Miguel de Cesena e outros franciscanos descontentes e o decreto contra o papa *Cunctos populos*, de que oferece uma tradução portuguesa. Seguem-se dois estudos de Bernardo Bayona Aznar: um acerca do tratado *Sobre o governo temporal* de Francisco de Mayronis, onde observa como este texto escrito em defesa de João XXII durante a contenda com Luís IV preconiza a subordinação da monarquia temporal ao poder espiritual e responde à *Monarquia* de Dante, substituindo o monarca pelo papa; e outro sobre a refutação de Guido Terrena dos argumentos defendidos na obra *Defensor da paz* de Marsílio de Pádua, que segue a mesma linha de orientação hierocrata. A estes estudos acrescenta também a tradução portuguesa de ambos os textos. A segunda parte termina com um artigo sobre o opúsculo *De potestate Ecclesiae*, por José Jivaldo Lima, também acompanhado de tradução portuguesa. O autor anónimo do texto procura provar que o papa tem o poder espiritual e temporal apoiando-se apenas no Velho e no Novo Testamento, mostrando que a Igreja precede os reinos e o seu fim é superior.

Estamos na presença de um volume de extraordinária importância para o estudo das teorias políticas na Idade Média. A qualidade dos trabalhos que reúne, a tradução do latim para o português de fontes e documentos, em alguns casos pouco conhecidos, as bibliografias disponibilizadas no final de cada capítulo e a clara organização interna fazem desta obra um precioso instrumento para especialistas, estudantes e público em geral, cumprindo sobremaneira os objetivos a que se propuseram os editores, oferecendo o conjunto um contributo notável para o melhor conhecimento do pensamento político medieval.

Por fim, uma palavra de homenagem e de agradecimento em memória do

Professor José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza, que faleceria a 13 de setembro de 2017, pelo seu inestimável legado e pelo seu contributo para o estudo da filosofia e da história do pensamento político na Idade Média. Alguns dos seus muitos trabalhos foram publicados nesta revista ou nas coleções do Gabinete de Filosofia Medieval, ‘Imago Mundi’ e ‘Textos e estudos de Filosofia Medieval’. Preparava um novo volume dentro desta série de obras com que tinha programado dar um tratamento detalhado da questão das relações de poder na Idade Média, volume esse também orientado para a dilucidação e acesso aos textos filosóficos, teológicos e jurídicos onde a questão foi debatida.

Índice: Autores (xi-xvi); Prólogo (xvii-xx); Apresentação (xxi-xxx); Parte I: 1. Luís Alberto De Boni, «O pontificado de Bonifácio VIII» (3-48); 2. Johnny Talia-teli do Couto, «Antes que houvesse Clérigos» (49-66); 3. José Antônio de C. R. de Souza, «Tiago de Viterbo e a plenitude do poder papal» (67-82); 4. José Maria Silva Rosa, «O *Rex Pacificus*» (83-130); 5. José Antônio de C. R. de Souza, «A *Quaestio in utramque partem*» (131-178); 6. Esteban Sarasa Sánchez, «Jaime II de Aragão na política europeia e do papado em seu tempo» (1291-1327) (179-208). Parte II: 1. Armênia Maria de Souza, «O pontificado de João XXII (1316-1334)» (211-260); 2. José Antônio de C. R. de Souza, «Luís da Baviera de Wittelsbach e o decreto Cunctos populos de deposição do Papa João XXII» (261-304); 3. Bernardo Bayona Aznar, «O *Tratado sobre o governo temporal*, de Francisco de Mayronis O. Min.» (305-342); 4. Bernardo Bayona Aznar, «A *Confutação* de Guido Terrena O. Carm. a Marsílio de Pádua» (343-396); 5. José Jivaldo Lima, «O opúsculo *De potestate ecclesia*» (397-428).

*João Rebalde*

(Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)